

FENAE

www.fenae.org.br

Agora

Edição 43 - ano 8
julho / agosto de 2005
distribuição gratuita

Publicação da Federação Nacional
das Associações do Pessoal da
Caixa Econômica Federal

Novos rumos para a moradia popular





Na vida, cada um de nós tem bases que compõem nosso dia-a-dia. E a FENAE Corretora baseia-se em sua vida para protegê-la com a maior das bases: segurança.



www.fenaeseg.com.br

Parceria segura.

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

A hora e a vez da reforma urbana

Uma luz no fim do túnel começa a despontar no horizonte da problemática habitacional no país. A cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), realizada em Brasília no último dia 16 de junho, traduz a luta vitoriosa por gestão democrática das cidades que entidades do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), como no caso da Fenae, levaram adiante há mais de uma década, desde que apresentaram ao Congresso Nacional em 1991 projeto de iniciativa popular com mais de um milhão de assinaturas.

O FNHIS surge como uma das principais ferramentas para fazer desabrochar a cidadania no árido terreno reservado à ausência do direito à cidade para uma boa parte da população. É verdade que isoladamente esse fundo não resolve o problema do déficit habitacional, apesar de buscar reduzi-lo ao direcionar os gastos do setor público em habitação para as famílias de mais baixa renda.

Para as mudanças de maior peso, os movimentos ligados à

questão urbana defendem uma nova gestão das cidades, com participação democrática de seus habitantes. E o socialmente justo está inserido no conceito de que a reforma urbana não precisa só da moradia, mas também do transporte, do abastecimento, da urbanização das ruas, de emprego e de salário digno.

O FNHIS frente ao déficit habitacional do país é o assunto de capa desta edição de **FENAE AGORA**, que traz ainda outros temas igualmente importantes para a construção de uma nova ordem social: mais igualitária e inclusiva. O projeto que institui as diretrizes e a política nacional de saneamento básico, a parceria da Fenae com a 100 Dimensão, a criação do Memorial do Movimento dos Empregados da Caixa, os 20 anos da campanha das 6h na Caixa, o estatuto e o novo plano de benefícios da Funcef compõem ainda o noticiário da revista. Nesta edição, **FENAE AGORA** mostra a programação cultural para 2005 e a organização dos Jogos Regionais pelas Apcefs de todo o país. Boa leitura a todos. **FA**



4 Fenae organiza Memorial do movimento

6 Reciclagem apresenta primeiros resultados

8 Campanha das 6h completa 20 anos

9 Apcef/DF cria curso de alfabetização

10 Criado o fundo para moradia popular

16 RH 008: movimento garante readmissões

18 Começa a campanha salarial de 2005

19 Combate à fome foi a vida de Josué de Castro

20 Funcef: em discussão o novo plano e o estatuto

22 Jogos Regionais unem empregados da Caixa

25 Bancos não garantem igualdade de direitos

26 Fenae define calendário para circuito cultural

28 Rio Araguaia é a praia da região Centro-Oeste



Na edição 42, a foto do presidente Lula (matéria de Meio Ambiente) se refere à inauguração da usina de biodiesel em Cássia (MG) e não da fábrica de biodiesel no Pará, como consta na legenda

Para ficar na história

Fenae recolhe contribuições para Memorial do Movimento dos Empregados da Caixa

A Fenae iniciou recentemente um trabalho de resgate da história do movimento dos empregados da Caixa, com o propósito de organizar um memorial com objetos, símbolos e documentos que mantenham vivos os acontecimentos que marcaram as nossas ações.

O memorial contará com espaço e tratamento técnico adequados ao resgate histórico e também ao registro do desenrolar dos fatos pelos próximos anos.

A Fenae está recolhendo documentos, fotos, adesivos, cartazes, bottons, camisetas, flâmulas e outros objetos que se relacionem com a nossa história. O material pode ser alusivo às mais diversas áreas - sindical (organização e mobilização), social, esportiva, cultural, recreativa, entre outras.

Você, empregado da Caixa, da ativa ou aposentado, vasculhe suas gavetas, abra aquela caixa antiga e selecione tudo o que possa servir ao nosso memorial.

A Fenae conta com a colaboração dos empregados de todo o país. As Apcefs e sindicatos também podem contribuir com material de seus acervos.

Caso o colaborador (empregado ou entidade) queira apenas emprestar o material para reprodução, basta fazer tal observação que o mesmo será devolvido.

Envie já o material que você tem em mãos, para que ele possa fazer parte da mostra inaugural do Memorial do Movimento dos Empregados da Caixa, em outubro.

Endereço para envio de material ao **Memorial do Movimento dos Empregados da Caixa**: SCS, Quadra 01, Ed. Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília/DF. CEP: 70395-900 - patriciapires@fenae.org.br



O mundo de Mafalda

A personagem de histórias em quadrinhos, Mafalda, completou 40 anos em 2004 e mesmo suas histórias mais antigas permanecem atuais. A engajada garotinha argentina se preocupa com os problemas do mundo, gosta de ler jornal, ouvir rádio e tem sempre um comentário sobre a política internacional.

Ao mesmo tempo que faz suas análises pitorescas e divertidas sobre o mundo e contesta sua professora e o regime escolar com argumentos amadurecidos, ela tem características infantis como não gostar de sopa ou estar sempre fazendo perguntas aos seus pais.

Um humor adulto e inteligente, que fica ainda mais completo quan-

do entram nos quadrinhos os outros personagens da turma, como o tímido Felipe, a egocêntrica Suzanita, o pequeno e curioso Miguelito e a também pequena e mais nova personagem Libertad, além de Manolito, um filho de comerciantes espanhóis.

Mafalda foi criada pelo argentino Joaquín Salvador Lavado, conhecido internacionalmente como Quino, e suas tirinhas foram traduzidas para diversos idiomas. No site <http://mafalda.dreamers.com> é possível ver as histórias em quadrinhos, conhecer as características de cada personagem, a vida do autor, além de frases que marcaram os personagens desta peculiar turminha.

Um portal sobre o Brasil

Informações sobre os municípios e estados brasileiros, com dados como vegetação, hidrografia, fauna, área, clima, localização, formação populacional, cultura local e número de habitantes podem ser encontradas no endereço www.brasilchannel.com.br.

Para se ter uma idéia da abrangência de informações encontradas no portal, há desde receitas de pratos típicos até informações turísticas e dados históricos dos estados e municípios. A página traz também links para sites governamentais relacionados a cada região.

O portal Brasil Channel foi criado em 2000 por uma equipe de profissionais liberais interessada em divulgar informações sobre o país. As informações contidas no portal são resultado de pesquisas em publicações, guias e sites governamentais.

Acesso gratuito a jornais e revistas científicas

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) oferece acesso gratuito à produção científica por meio do site <http://periodicos.capes.gov.br>.

O acesso às publicações nacionais é aberto e gratuito e pode ser feito de qualquer computador. O acesso a algumas das publicações

estrangeiras, no entanto, é feito somente em provedores autorizados, de uma das 152 instituições participantes do portal. Os interessados devem procurar as bibliotecas e laboratórios destas instituições, que são universidades federais, universidades públicas, institutos de pesquisa e outras entidades que aderiram ao serviço como pagantes.

Ao todo, o portal oferece acesso a mais de nove mil revistas e jornais especializados nacionais e estrangeiros, como *Academy of Marketing Science Journal*, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, *Jornal de Pediatria*, *PC Magazine*, *Teoria e Evidência Econômica* e *Nova Economia*.





Augusto Coelho

Primeiros resultados da

Tudo ali é "sem dimensão": o galpão é enorme, a disposição das pessoas é infinita, a criatividade é imensa e o número de atividades cresce

Em maio, a Fenae lançou uma campanha de reciclagem de resíduos sólidos, com o objetivo de destinar o material para a Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos e Formação em Educação Ambiental - 100 Dimensão, localizada no Riacho Fundo, Distrito Federal, próximo a Brasília. No dia 24 de junho, o primeiro caminhão levando material da Fenae/Federação, Fenae Corretora e funcionários saiu da Apcef/DF, ponto de recolhimento.

O caminhão levou também tecidos, plásticos, madeiras e pedaços de ferro da própria Apcef, que seriam jogados no lixo, mas que terão grande valor nas mãos dos recicladores da 100 Dimensão. Lá, o papel usado pode virar papel novo, o ferro pode virar esculturas, móveis e luminárias, os tecidos se transformam em figurinos de teatro, o alumínio se transforma em bolsas e outros acessórios.



Caminhão da 100 Dimensão retira material reciclável na Apcef/DF

100 Dimensão

O nome foi escolhido por sorteio, a partir das sugestões dos cooperados. Quem indicou 100 Dimensão, pensava na realização de cem ações diferentes, com inúmeras abordagens, tanto de geração de renda, como de cultura, educação e meio ambiente. Hoje, tudo ali é "sem dimensão": o galpão é enorme, a disposição das pessoas é infinita, a criatividade é imensa e o número de atividades cresce a cada semana.

A instituição foi criada em 1998 com 27 pessoas e hoje reúne 200 cooperados. A maioria dos integrantes

iniciais era de mulheres, negras, mães solteiras e homens com mais de 50 anos, todos desempregados, sem capacitação profissional, nem experiência ou conhecimento sobre reciclagem. Agora, a renda mensal média é de R\$ 400,00.

A 100 Dimensão funciona em três galpões, construídos em um terreno do qual a cooperativa tem a concessão de uso. A cooperativa tem ainda dois caminhões para a coleta em empresas e órgãos do governo que entregam seus materiais para eles e 14 equipamentos especializados para reciclagem.



campanha de reciclagem

“Nós reciclamos de acordo com as encomendas que temos. O que não é usado para reciclagem, nós vendemos, fazendo cotação de preço no mercado”, explica a presidente da cooperativa, Sônia Maria da Silva.

Com o tempo, foram sendo percebidos talentos natos entre os cooperados, como escultores em ferro, marceneiros, atores, artesãos. E os próprios catadores passaram a se valorizar, reconhecendo a importância econômica e ambiental de seu trabalho. Hoje, o pessoal da cooperativa dá aula de cidadania para todos com quem conversam, explicando sobre a responsabilidade social e ambiental de cada um na prática de coleta seletiva de lixo.

A cooperativa tem arrecadado cerca de 100 toneladas de materiais reaproveitáveis por mês. Os objetos produzidos são vendidos por encomendas, como caixas e pastas de papel reciclado que são destinadas a brindes institucionais, ou comercializados em feiras e exposições, das quais a 100 Dimensão participa por meio de apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).



Lançamento da campanha de reciclagem da Feneae

“Empreendendo Arte”

Foi também na cooperativa que surgiu o projeto Empreendendo Arte na Comunidade, que ajuda a disseminar a idéia da reciclagem de produtos, realizando apresentações em escolas e outras comunidades. O grupo divulga o trabalho e os produtos da 100 Dimensão.

Sônia tem planos de ampliar ainda mais a disseminação cultural entre a comunidade do Riacho Fundo. Depois de perceber que nenhuma escola particular tem interesse em investir na região, ela pretende

transformar a cooperativa na sede de um centro de idiomas para a vizinhança. “Os filhos da classe média sempre aprendem pelo menos dois idiomas. Nós temos que ter isso também para poder competir no mercado de trabalho”, idealiza.

Outro projeto já em andamento é o de comunicação, que tem participação de voluntários da Feneae e terá início com a produção de um site.

Como os cooperados costumam dizer, na 100 Dimensão não se recicla só papel e outros materiais sólidos, mas pessoas também. **FA**

20 anos da jornada de 6h

Fenae inicia no 21º Conecef, a ser realizado em São Paulo dias 16 e 17 de julho, as atividades em comemoração à histórica greve de 1985

No dia 30 de outubro de 1985, os trabalhadores da Caixa paralisaram suas atividades por 24 horas em todo o país. A adesão chegou a praticamente 100%. A greve assegurou a jornada de seis horas e o direito à sindicalização, conquistas que inseriram de vez os empregados da Caixa na categoria bancária.

Até então, os trabalhadores da Caixa eram conhecidos como “economiários”, não seguiam a jornada de trabalho estabelecida para os demais bancários e nem podiam estar vinculados a sindicatos.

A lei que estabelecia a jornada de seis horas para os empregados da Caixa foi sancionada pelo então presidente da República, José Sarney, no dia 17 de dezembro de

1985. No dia seguinte à sanção presidencial, o “Diário Oficial da União” trazia ainda a garantia do direito à sindicalização a todos os empregados da Caixa, viabilizada com a alteração do parágrafo único do artigo 556 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). No 21º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), que acontece nos dias 16 e 17 de julho, em São Paulo, a Fenae dará início às comemorações dos 20 anos dessas históricas conquistas do nosso movimento. Será apresentada no congresso uma seleção de fotos e registros da campanha de 1985.

A Fenae pretende também levar eventos comemorativos aos estados, em parceria com as Apcefs. **FA**





Aulas no fim da tarde na Apcef/DF contribuem para melhorar a auto-estima dos funcionários

Apcef/DF na alfabetização da comunidade

Curso segue o método Paulo Freire e trabalha não só a alfabetização, mas a interpretação de texto e o desenvolvimento de raciocínio

Uma turma de 15 funcionários da Apcef/DF, do Minas Tênis Clube e do Condomínio Colina, de Brasília, participa do curso de alfabetização que está sendo realizado na sede da Apcef. As aulas acontecem quatro vezes por semana e a duração do curso é de seis meses. A professora é Fabiany Vellasco, que faz curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB) e extensão em alfabetização pela Unitrabalho.

A Unitrabalho é uma rede universitária de estudos e pesquisa sobre o trabalho, que tem como missão integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos. O curso segue o método Paulo Freire, que tem como objetivo não só a alfabetização, mas a interpretação de texto e o desenvolvimento do raciocínio e permite que pessoas com vários níveis de conhecimento estejam na mesma turma.

Auto-estima elevada

Na Apcef, por exemplo, há quatro alunos que já participaram da primeira turma de alfabetização,

em 2004, e agora estão fazendo novamente o curso, com interesse em aprofundar os conhecimentos e melhorar a interpretação de texto. O presidente da Apcef/DF, Ismael Artur Galeazzi, observou uma melhora na auto-estima dos funcionários depois que o curso foi implementado. “Fizemos festa de confraternização no fim do ano, para quem terminou o primeiro curso. Você sente o orgulho de cada um em poder ler e escrever”, descreve.

A decisão de realizar o curso de alfabetização na Apcef/DF se deu a partir da observação de que vários funcionários não tinham conta corrente para receber salário, porque não podiam assinar a ficha-autógrafo no banco e tinham vergonha de usar a impressão digital. “Percebemos que isso levava à discriminação e fizemos uma consulta com os empregados para saber quem queria ser alfabetizado”, lembra Galeazzi. O resultado da consulta foi uma surpre-

sa: 12 pessoas, ou seja, mais de 10% do quadro de empregados, se interessaram.

O próximo passo na Apcef/DF será a inclusão digital dos empregados, a partir da inauguração da sala digital. O espaço terá, inicialmente, 12 computadores e o objetivo é chegar a 30. A sala fará parte do projeto Segundo Tempo, um convênio que a Apcef/DF tem com o Ministério do Esporte. **FA**



Augusto Coelho

Casa própria para as famílias de baixa renda

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, sancionado por Lula, é resultado da mobilização do FNRU por uma nova gestão das cidades

Um capítulo inédito escreveu-se na história da luta pela moradia popular no país. No último dia 16 de junho, em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Cidades, Olívio Dutra, sancionaram a lei que cria o Fundo

Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu conselho gestor e institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O objetivo dessa importante iniciativa, desta vez com boas perspectivas de frutificar, é ampliar a fronteira da cidadania nacional.

A sanção do FNHIS encerra uma etapa vitoriosa dos movimentos sociais urbanos e das entidades que lutam pela reforma urbana. Trata-se da primeira lei resultante de um projeto de iniciativa popular apresentado em 1991 ao Congresso Nacional com base na Consti-



Diretores da Fenaé participaram do ato de sanção do FNHIS

des, a carência chega a 7,7 milhões de moradias, dos quais 5,5 milhões estão nos centros urbanos. Se a esses números forem adicionadas as moradias inadequadas (sem as necessárias infra-estruturas), o volume atinge entre 12,7 e 13 milhões de unidades.

No Brasil, a crise habitacional abrange hoje seus dois aspectos básicos: a moradia popular, para famílias de baixa renda, e a moradia de mercado. O problema vem de décadas e décadas passadas, sempre relacionado a uma origem comum: a falta de políticas públicas adequadas. Para Regina Ferreira, assessora do programa Direito à Cidade da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), uma das entidades

coordenadoras do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNURU), o principal desafio é garantir os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que deverão vir basicamente do Orçamento Geral da União e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Para ela, a regulamentação do FNHIS deve ser amplamente debatida com a sociedade, a exemplo do que ocorreu com “o debate nacional sobre a política nacional de saneamento ambiental,

com realização de seminários regionais”.

tuição promulgada em outubro de 1988, recebendo mais de um milhão de assinaturas. O projeto, antes denominado Fundo Nacional de Moradia Popular, tramitou por mais de 13 anos em meio ao emaranhado de comissões, subcomissões, pareceres e pedidos de vista do Congresso Nacional.

O alvo do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social tem como base a busca de soluções para um cenário de problemas: 92% do déficit habitacional está concentrado nas camadas da população de mais baixa renda. Neste segmento, segundo dados divulgados pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cida-



Primeiros esforços

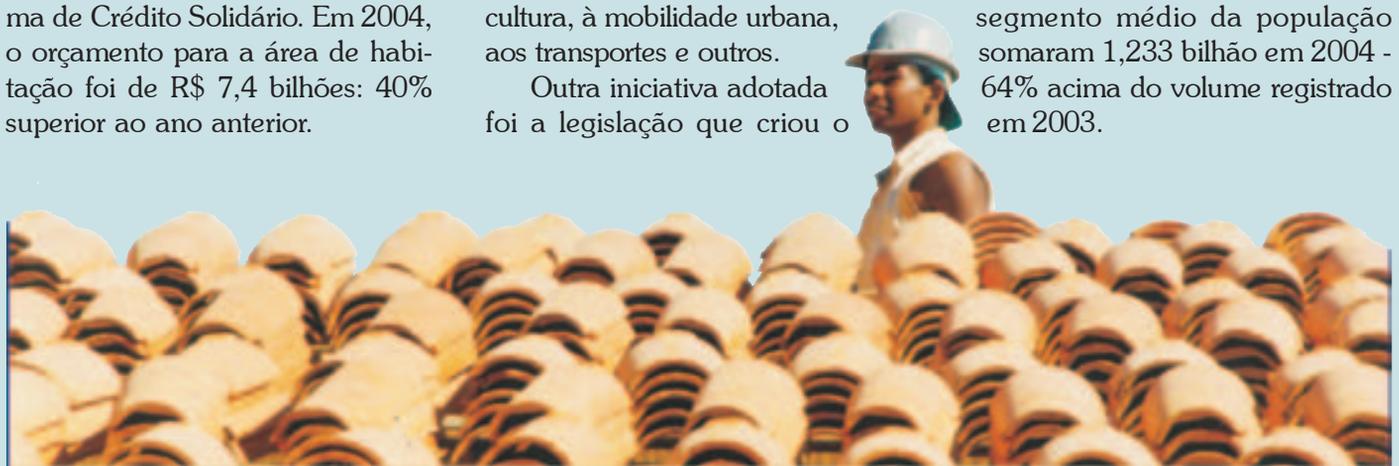
De maneira isolada, o FNHIS não será capaz de solucionar o problema habitacional brasileiro. Consciente disso, o governo federal vem adotando desde 2003 medidas para reverter o caos da falta de moradias, com prioridade para as famílias de baixa renda (até cinco salários mínimos). Um dos primeiros esforços foi estabelecer metas para aperfeiçoar os programas de moradia até então existentes, como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), o Programa Habitar Brasil/BID e o Programa de Crédito Solidário. Em 2004, o orçamento para a área de habitação foi de R\$ 7,4 bilhões: 40% superior ao ano anterior.

Sozinho, FNHIS não soluciona déficit da habitação

Em maio deste ano, o governo instituiu um GT para estudar a possibilidade de as terras não utilizadas pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA) serem disponibilizadas em programas habitacionais e de regularização fundiária do Ministério das Cidades. A meta dessa iniciativa é mudar o modelo brasileiro de urbanização, que produziu cidades marcadas pela irregularidade fundiária e pela lógica exclusivamente de mercado, com exclusão de famílias que se aglomeram em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e ocupações ilegais, concentrando graves problemas de serviços e equipamentos urbanos ligados à educação, à saúde, ao saneamento ambiental, à cultura, à mobilidade urbana, aos transportes e outros.

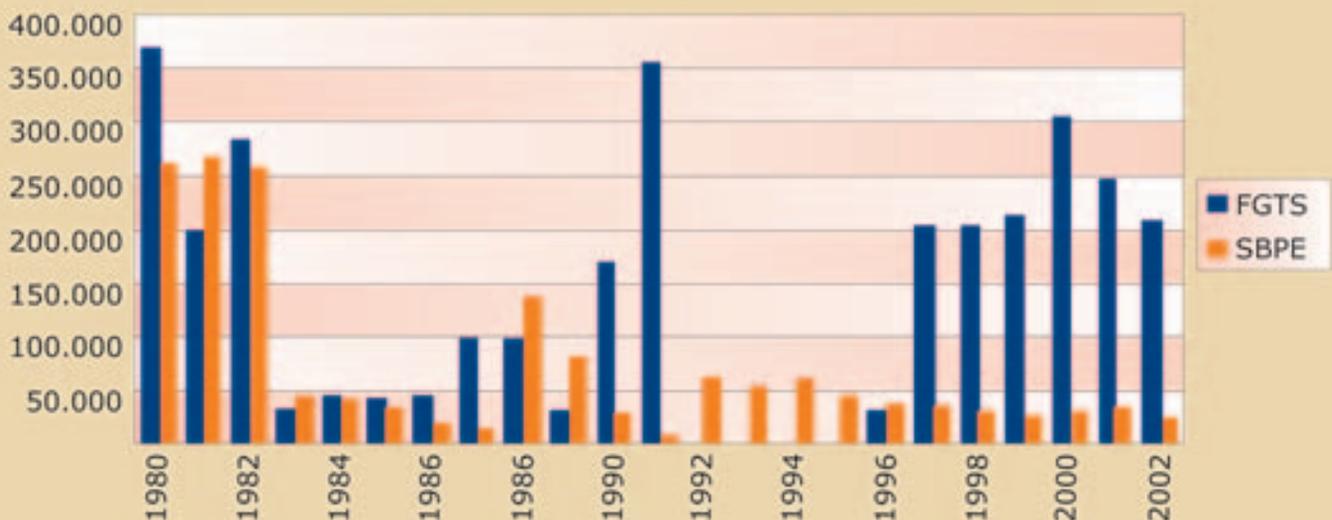
Outra iniciativa adotada foi a legislação que criou o

patrimônio de afetação, para preservar o interesse de consumidores em caso como o da Encol, ocorrido no governo anterior. Os investidores estão sendo estimulados a usar os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança-Empréstimo na construção de moradias para população de baixa renda. Nestes casos, por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), a remuneração aumenta ou diminui se o investidor decide não aplicar até o patamar de 65% no mercado imobiliário. A medida visa o aumento da oferta de moradias no mercado. Iniciativas como estas levaram, inclusive, à expansão do crédito para financiamentos habitacionais voltados à classe média. No caso da Caixa Econômica Federal, operações com recursos próprios para o segmento médio da população somaram 1,233 bilhão em 2004 - 64% acima do volume registrado em 2003.



Unidades financiadas por fonte de recursos - 1980/2002

Fonte: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação





Política urbana

A proposta do novo sistema nacional de habitação, com vistas a comprometer as três esferas de poder (governo federal, estados e municípios), está alicerçada no Conselho das Cidades (ConCidades) cujos 71 membros foram eleitos durante a 1ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em outubro de 2003. O ConCidades está composto por câmaras setoriais, montadas para buscar alternativas para habitação, saneamento ambiental, transporte, mobilidade urbana, trânsito, organização territorial e planejamento urbano. O ConCidades atua ainda como canal de interlocução entre o Poder Executivo e a sociedade organizada, no que diz respeito à formulação de política urbana. A bancária da Caixa Jocilda Nunes Frota representa a Fenaec no Conselho das Cidades, na condição de suplente. Detalhe importante: toda política urbana habitacional será definida dentro do ConCidades, a quem caberá aprovar as diretrizes básicas de funcionamento do FNHIS.

Política habitacional não é só construir moradias

Aprovado em 2001, o Estatuto da Cidade é outra lei igualmente importante para a implementação da função social da propriedade e da função social da cidade, princípios definidos na Constituição de 1988. Regina Ferreira observa ser preciso fazer valer o Estatuto da Cidade, “uma relevante conquista da sociedade e um avanço na legislação urbana brasileira”. A implementação dessa lei, segundo ela, depende dos governos municipais. E acrescenta: “A sociedade tem que exercer pressão sobre esses governos, cobrando para que a propriedade e a cidade cumpram a sua função social, de modo a garantir o acesso à moradia, ao transporte, ao trabalho, à educação e ao lazer a toda a população”.

Para agilizar o processo de implantação de uma política de desenvolvimento urbano para o país, Regina Ferreira (assessora da Fase) defende que sejam garantidos financiamentos para o setor. E, para isso, ela acha fundamental implementar o Sistema Nacional de

Cidades, com a criação de novas instâncias regionais e metropolitanas. O assunto será debatido na 2ª Conferência Nacional das Cidades, cujo tema será a “Política nacional de desenvolvimento urbano”. O evento está agendado para o início de dezembro deste ano.

Com a definição de uma política única para a problemática urbana, a Caixa Econômica Federal assumirá seu papel histórico de agente do governo federal na habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. Essa função da empresa poderá ser exercida no âmbito do FNHIS, que tem como gestor o Ministério das Cidades e a Caixa como agente operador.

O projeto do FNHIS mostra ainda que política habitacional não é apenas construir casas, mas também urbanizar favelas, remanejar cortiços, oferecer loteamentos populares e dotá-los de infra-estrutura necessária. O caminho é longo, trabalhoso e indispensável. Ao sancionar uma lei na área de moradia popular, com visíveis conteúdos democráticos, o governo federal deu o primeiro passo.



Muito além do caos no setor de saneamento

Governo federal encaminha projeto ao Congresso Nacional, com vistas a estabelecer as diretrizes e a política nacional de saneamento básico

Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, cobrindo assim o vácuo de quase 20 anos na legislação do país. Este é o principal foco do projeto de lei que estabelece as diretrizes e a política nacional de saneamento básico, encaminhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Câmara dos Deputados em 23 de maio deste ano. A iniciativa faz parte do esforço conjugado do governo federal para corrigir - no período de duas décadas - os problemas que afetam a saúde públi-

ca e o meio ambiente, adotando para isso medidas que valorizem o planejamento, a regulação e o controle social.

A lei de saneamento tramita no Congresso Nacional em regime de urgência constitucional. A versão preliminar do documento, decorrente de ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, foi submetida a amplo debate com setores da sociedade civil. Para isso foram realizadas diversas audiências públicas em comissões temáticas da Câmara e do Senado, além de consultas públicas pela internet.

Conceito ampliado

Há algumas boas características no projeto do governo federal. Uma delas é o estabelecimento de metas a serem cumpridas pelas empresas prestadoras de serviço. Para o presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Silvano Silvério da Costa, que participou de audiência na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, ocorrida em 28 de junho, "o maior avanço é quanto ao conceito de saneamento básico, que pela proposta não se limita a água

e esgoto mas inclui resíduos sólidos e manejo de águas pluviais”.

A nova lei tem o objetivo de qualificar a gestão de verbas públicas e de propiciar transparência e participação popular na definição de tarifas, integrando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, reciclagem de lixo e drenagem das águas de chuva. No início de junho, com vistas a obter desde já resultados positivos, o presidente Lula anunciou investimentos pesados no setor. Ainda neste ano, serão disponibilizados R\$ 2,9 bilhões: R\$ 1,264 bilhão apenas nas regiões metropolitanas. Os recursos serão emprestados a 70 municípios, seis empresas estaduais, cinco governos estaduais e ao Distrito Federal, para implantação e ampliação de sistemas de água, esgotamento sanitário, lixo e drenagem.

Cenário de problemas

A estimativa para 2005 é de que essas obras beneficiem 1,8 milhão de famílias e gerem 500 mil novos postos de trabalho. Outra prioridade é implementar ações para mudar o cenário de problemas na área de saneamento básico, buscando reduzir desigualdades como a de 45 milhões de pessoas que não possuem acesso ao serviço de abastecimento de água potável, a de 83 milhões que não têm esgoto sanitário e a de 14 milhões que não dispõem de coleta de lixo. As regiões mais afetadas por essa exclusão são o Norte e o Nordeste, onde mais de 50% dos seus moradores não têm acesso a esses serviços nas áreas urbanas.

No âmbito da proposta que tramita na Câmara, por iniciativa do Ministério das Cidades, ao governo federal caberá a definição de

diretrizes para o saneamento básico no país. A regulação, o planejamento e a fiscalização vão ficar sob a responsabilidade dos titulares dos serviços, enquanto a aplicação dos recursos será tarefa para todos os agentes do setor: governo federal, governos estaduais e municipais, instituições e órgãos de administração direta e indireta, prestadores de serviço e operadores privados.

No final de maio, concomitante a essa iniciativa, o governo Lula lançou ainda o programa “Saneamento para Todos”, em substituição aos que eram operados anteriormente: Pró-Saneamento, Pró-Sanear, Pró-Comunidade e FCP/SAN. O novo programa é mais abrangente e prevê, inclusive, maior participação da Caixa Econômica Federal na liberação de recursos do FGTS para projetos de saneamento. **FA**



Vitória contra a injustiça

Sob pressão do movimento dos empregados, Conselho Gestor da Caixa aprova regras para a reintegração definitiva dos demitidos pela RH 008

O movimento dos empregados da Caixa obteve mais uma importante vitória contra as injustiças cometidas pela direção da empresa entre fevereiro de 2000 e abril de 2003, período em que esteve em vigor a RH 008, normativa que previa a rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho do bancário cujo comportamento ou produtividade desaconselhasse a manutenção da relação de emprego.

Depois de um longo período de negociações e pressão por parte das representações dos empregados, o Conselho Gestor da Caixa aprovou no dia 18 de maio último as regras para a readmissão de quem já voltou ao trabalho por força de liminar ou sentença em primeiro grau, assim como daqueles



Reintegração dos demitidos foi exigida nas negociações permanentes

que vierem a ser beneficiados por ações ingressadas até 1º de dezembro de 2004.

Dos cerca de 270 empregados que ingressaram com ação na Justiça para serem readmitidos, 110 podem ser beneficiados pela decisão do Conselho Gestor, uma vez

que já estão trabalhando sob respaldo de liminar ou de sentença em primeiro grau.

A aprovação das regras da readmissão deu-se no dia seguinte ao Dia Nacional de Mobilização dos empregados da Caixa, que teve por finalidade exigir solução para



Juntando os cacos

A reparação de uma injustiça tem sempre o sabor de vitória, embora não retire de todo o gosto amargo da revolta na boca de quem teve solapado um direito seu e foi levado a enfrentar dificuldades e a passar por constrangimentos, ao lado de seus familiares. É mais ou menos essa a impressão que fica de uma conversa com quem foi vítima da RH 008 e conseguiu agora a reintegração definitiva ao quadro de pessoal da Caixa, caso de José Antônio Rodrigues, da agência Paranavaí, no Paraná.

José Antônio conta que, certo dia, após retornar de uma cirurgia no olho, que o obrigou a afastar-se

por oito dias do trabalho, deparou-se com um envelope pardo no qual estava o comunicado de sua própria demissão. Ele era agente de RH e tinha por obrigação diária encaminhar ao gerente os comunicados que chegavam à unidade.

Ficou paralisado pela surpresa, totalmente desorientado. Chorou. Não conseguia entender o que estava acontecendo. Nunca havia recebido qualquer reprimenda no desempenho de suas funções na Caixa.

Sua demissão foi concretizada no dia 25 de abril de 2001. Nos quatro primeiros meses, José Antônio não conseguia sair do quarto. Tinha vergonha de andar na rua,



Grupo de trabalho tratou das injustiças causadas pela RH 008

o problema das vítimas da RH 008, a implantação do novo plano de benefícios da Funcef, a retomada da discussão do PCS/PCC e respostas para as inúmeras pendências das negociações permanentes.

Para ser beneficiado pelas regras de readmissão, o empregado deve assinar termo de acordo individual, concordando com o arquivamento da ação. A direção da

Caixa ficou de passar as orientações aos seus jurídicos regionais.

Serão observados todos os direitos trabalhistas retroativos à data da demissão, entre os quais FGTS, recolhimento de contribuição para a Funcef e INSS, licença-prêmio, Apip e contagem do tempo que o empregado esteve afastado da vida funcional. Exclui-se, apenas, o pagamento dos salários relativos ao mesmo período.

pois sempre fora bancário e não suportava a idéia de que as pessoas pudessem associar a sua demissão a algum roubo. “Agarrei-me à fé para poder reagir, mas estou juntando os cacos até hoje”, diz ele.

Para encarar sua nova realidade, José Antônio pegou o FGTS, vendeu dois carros usados e montou uma mercearia em um bairro da periferia de Paranavaí. Ele ainda recorda que, no primeiro dia, vendeu R\$ 80,00.

Foi lá na mercearia que ele recebeu a visita do então presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, Neil Emídio Júnior, com a notícia da liminar que recuperava o seu direito de retornar ao trabalho na Caixa.

José Antônio voltou a trabalhar no dia 20 de agosto de 2002, na

mesma agência de antes. Voltou de “cabeça erguida”. E está “feliz” com a reintegração definitiva. “É a felicidade de estar retomando algo que é meu”, explica.

Mas ficam sempre seqüelas. E também problemas financeiros. As dívidas de José Antônio se acumularam nesse período. Elas decorrem, principalmente, de financiamentos e empréstimos que não puderam ser honrados enquanto ele ficou sem o emprego. Só do empréstimo feito em consignação, já são mais de R\$ 20 mil. “Tive prejuízos de ordem moral e pecuniária, que a Caixa não vai ressarcir, vai ficar devendo”, frisou o bancário. A seu ver, a empresa teria que, pelo menos, pagar o salário do período de afastamento.



Apcef

O movimento associativo dos empregados da Caixa mantém vivo o espírito de solidariedade e integração.

Junte-se aos seus.

Filie-se à sua Apcef.



Campanha unificada

Bancários de todo o país se preparam para a campanha salarial de 2005, mantendo a unidade dos trabalhadores de bancos públicos e privados

O calendário de eventos da fase de organização da campanha salarial unificada dos bancários vai até o final de julho, quando acontece a 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. O evento será em São Paulo, nos dias 30 e 31.

A conferência nacional concluirá os debates realizados nas conferências regionais, nos encontros setoriais e nos congressos por bancos. Será o momento da definição da proposta de índice de reajuste para os salários e de outras reivindicações gerais e unificadas da categoria.

As reivindicações específicas serão definidas no encontro dos trabalhadores de bancos privados e nos congressos dos empregados da Caixa e do Banco do Brasil.

21º Conecef

O 21º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) acontece nos dias 16 e 17 de julho, em São Paulo. A pauta definida pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) inclui análise da conjuntura, campanha salarial 2005 e itens das negociações permanentes, entre os quais saúde, segurança bancária, RH 008, PSI, Sipon, PCS/PCC, Funcef e outros.

O 21º Conecef compõe-se de 250 delegados do pessoal em atividade, eleitos nas conferências estaduais ou regionais. Conta ainda com representantes dos aposentados, escolhidos em fóruns específicos. 

Calendário da campanha salarial 2005

- De 1 de junho a 10 de julho: Conferências regionais.
- 13 de julho: Encontro de jovens.
- 14 de julho: Encontro de saúde.
- 15 de julho: Encontro de mulheres.
- 16 e 17 de julho: Encontro por bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e bancos privados).
- 30 e 31 de julho: 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.
- 11 de agosto: Entrega da minuta à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Josué de Castro e a luta contra o flagelo da fome

Para o cientista, nascido em Recife em 1908, a falta de alimentos no Brasil e no mundo era muito mais um problema político do que biológico

Pernambucano nascido em 5 de setembro de 1908, Josué de Castro é considerado um mito. Ele foi um cientista da fome. Sua contribuição à ciência brasileira vai desde o estudo sobre o problema alimentar da população operária do Recife até a formulação de propostas para erradicar a miséria no Brasil e no mundo, afirmando ser este fenômeno fruto de uma sociedade injusta.

Ao discorrer a respeito do tema da fome, seja em livros como “Geografia da Fome” (traduzido em 25 idiomas), seja em palestras que ministrou dentro e fora do país, Josué de Castro o fez com conhecimento de causa e, sobretudo, com muita convicção. Em algumas de suas 29 obras, ele apontou as causas e as soluções para este flagelo, observando que a falta de alimentos era muito mais um problema político do que biológico. Josué de Castro também se destacou na defesa da reforma agrária e de idéias sobre desenvolvimento sustentável.

Como médico, professor, geógrafo, sociólogo, escritor, deputado federal, crítico de cinema, catedrático e diplomata, Josué de Castro fez da luta contra a fome a sua principal bandeira. Seu pensamento se desenvolveu a partir da divisão que Gilberto Freire havia feito ao caracterizar a existência de dois Nordeste: um úmido e outro seco.

Devido a sua preocupação com a fome, foi indicado em três ocasiões para o Prêmio Nobel (Medicina e Paz). Ocupou ainda a presidência do Conselho Executivo da Or-

ganização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). E teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar em 1964, quando exercia o cargo de embaixador do Brasil em Genebra.

O país escolhido para passar o exílio foi a França, onde veio a falecer em 24 de setembro de 1973, no momento em que aguardava para retornar ao Brasil. E a falta do Brasil levou-o a declarar: “Não se morre apenas de enfarte ou de inflamação crônica dos rins, mas também de saudade”. 

Novo plano na mesa de negociação

Novo plano de benefícios da Funcef, que teve proposta elaborada por GT paritário em 2003, está agora em fase final de discussões

No dia 15 de junho, depois de 18 meses da conclusão da proposta do GT do novo plano de benefícios da Funcef, a Caixa enviou sua proposta para o plano.

O GT paritário, formado por representantes dos participantes, da patrocinadora e da fundação, foi reativado e os pontos divergentes das propostas estão sendo discutidos, assim como a proposta de saldamento dos planos REG/Replan. De acordo com a Caixa, o documento apresentado pela patrocinadora foi finalizado a partir de reuniões nos seus órgãos de controle.

Pela proposta definida pelo GT em 2003, depois de três meses de extensos trabalhos, o novo plano da Funcef terá contribuição definida na

fase de acumulação de reservas e benefício definido para os eventos de risco e para a renda programada. Quem estiver nos planos REG e Replan poderá saldar seus compromissos atuais e aderir ao novo plano, formando nova conta. A proposta prevê ainda responsabilidade solidária da Caixa na preservação do plano.

GT trabalhou três meses para elaborar novo plano

postura prevista ainda responsabilidade solidária da Caixa na preservação do plano.

Divergências

No dia 30 de junho, o GT do novo plano se reuniu com os vice-presidentes da Caixa João Dornelles (Controladoria) e Carlos Cotta (Logística e Gestão de Pessoas). Durante a reunião, foram expostos os principais pontos de divergência entre a proposta elaborada pelo grupo de trabalho e a apresentada pela empresa.

Uma das questões levantadas é sobre a responsabilidade pelo incentivo proposto pela Caixa para a mudança do plano. “No GT, esta discussão sobre o incentivo foi bastante aprofundada. Não tem sentido o plano pagar incentivo para mudar o próprio plano”, afirmou o presidente da Fenaef, José Carlos Alonso, representante dos participantes no GT. Ele lembrou ainda que uma das premissas do grupo era que o plano só seria definido quando estivesse bastante equilibrado, sem deixar déficits para a Funcef resolver no futuro.

As principais diferenças apontadas pelos representantes dos participantes são:

Responsabilidade da Caixa em caso de déficit no saldamento.

Valor da contribuição da Caixa no plano de benefícios.

Inclusão dos grupos de outros planos juntamente com os participantes do REG/Replan. O GT havia definido que a discussão sobre os direitos destes participantes seria feita posteriormente.

Responsabilidade da Caixa no pagamento de incentivos, custos financeiros e outros.

Discussão sobre a situação de quem fica no plano atual.



Trabalho do GT do novo plano terminou em 2003



Ato de instalação do GT que irá revisar o estatuto da Funcef, realizado em Brasília dia 23 de junho

Estatuto da Funcef em tempos de revisão

GT irá revisar o estatuto da Funcef para garantir democratização e transparência, além de adequar o texto à atual legislação

No dia 23 de junho deste ano foi instalado, em cerimônia realizada na sede da Funcef, em Brasília, o grupo de trabalho que irá elaborar o novo estatuto da fundação.

O evento contou com a presença do presidente do Conselho Deliberativo da fundação, João Dornelles, do presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, do presidente da Fenae e conselheiro eleito no CD, José Carlos Alonso, do presidente da Fenacef, Décio de Carvalho, da vice-presidente de Tecnologia da Informação da Caixa e conselheira do CD, Clarice Copetti, representando o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, além de diretores e conselheiros deliberativos e fiscais da fundação.

Em seu discurso, José Carlos Alonso ressaltou a importância da instalação do GT neste mo-

mento em que “assistimos vir à tona alguns procedimentos pouco éticos que foram realizados no passado na Funcef e que trazem conseqüências para todos hoje”.

Logo após a cerimônia de instalação do GT, aconteceu a primeira reunião do grupo, que definiu as diretrizes para os trabalhos e um calendário inicial, que prevê discussões durante dois meses.

De acordo com as primeiras análises, o GT vai buscar um estatuto ajustado com a atual legislação, transparente, democrático e que garanta a eficiência da gestão dos recursos, para dar tranqüilidade ao associado.

O GT criou também um endereço eletrônico, para que os participantes enviem suas contribuições à reformulação do estatuto: gtrviseoestatuto@funcef.com.br. 

Novo texto do estatuto da Funcef será definido por GT

Relação dos membros do GT da revisão do estatuto da Funcef:

Titulares

Jair Pedro Ferreira (CNB/CUT)
José Miguel Correia (CNB/CUT)
Sérgio Hiroshi Takemoto (CNB/CUT)
Maria Regina P. Figueiro (CNB/CUT)
Renata Marotta (CNB/CUT)
Hilmar de Moraes (Funcef)
Renata Mollo (Funcef)
Paulo Sérgio Ferreira (Caixa)
Carlos Antônio Silva (Caixa)
Augusto Valente Xavier (Caixa)

Suplentes

José Carlos Alonso Gonçalves (CNB/CUT)
Emanuel Souza de Jesus (CNB/CUT)
Genivaldo José Lievore (CNB/CUT)
Josias Galeno S. de Oliveira (CNB/CUT)
Carlos Levino Vilanova (CNB/CUT)
Roberto Paes Leme Garcia (Funcef)
Geraldo Aparecido da Silva (Funcef)
Nilton Fraiberg Machado (Caixa)



Integração pelos Jogos Regionais

Eventos são realizados nas cinco regiões do país, com o envolvimento de todas as associações dos empregados da Caixa

A série de jogos regionais dos empregados da Caixa, em 2005, teve início em maio com os Jogos Regionais do Sul. O evento ocorreu entre os dias 26 e 28, em Porto Alegre, com participação de mais de 300 atletas associados às Apcefs do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pelo calendário definido pelo

Conselho Deliberativo Nacional da Fenaef (CDN), os próximos jogos serão os do Sudeste, de 26 a 28 de agosto, em Ubatuba (SP). Na sequência virão os do Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Confira no quadro as datas e locais de todos os eventos, com a relação das associações que participam de cada um deles.

Equilíbrio nos Jogos do Sul

Conforme registrou a Apcef/PR, o resultado final dos Jogos do Sul mostrou equilíbrio de força entre as associações participantes. Não houve um sistema de pontuação geral, mas o equilíbrio pode ser observado pelo número de modalidades vencidas por cada delegação. Os atletas paranaenses e catarinenses se destacaram nas modalidades individuais, enquanto os atletas gaúchos obtiveram mais vitórias nas competições coletivas.

Os Jogos do Sul tiveram as seguintes modalidades: futsal (masculino e feminino), basquete (masculino e feminino), futebol soçaite livre, futebol soçaite master, Vôlei (masculino e feminino), vôlei de areia (masculino e feminino), tênis de campo duplas (masculino e feminino), tênis de campo simples (masculino e feminino), tênis de mesa (masculino e feminino), corrida rústica, natação, xadrez, canastra, truco e sinuca.





Em relação às edições anteriores, as novidades foram a inclusão da natação (categorias feminina e masculina), do futsal feminino e do basquete (categoria feminina). Para a presidente da Apcef/RS, Célia Margit Zingler, a inclusão de novas modalidades na categoria feminina revela a preocupação das Apcefs em contemplar a diversidade dos atletas.

O vice-presidente da Apcef/SC, Arlindo Maciel Sebastião, apontou a integração entre os bancários como um dos fatores mais marcantes dos Jogos do Sul. Já o presidente da Apcef/PR e diretor da Fena, Jesse Krieger, destacou o entusiasmo dos atletas e o ótimo nível das competições. Segundo Jesse, o entusiasmo contagiou a todos e deixou a diretoria da Apcef/PR ainda mais motivada a preparar os Jogos Economiários do Paraná (Jepar), que serão realizados em outubro, em Curitiba.

A próxima edição dos Jogos do Sul acontecerá no Paraná, no ano de 2007. 

Calendário dos Jogos Regionais de 2005

Jogos do Sul: 26 a 28 de maio - Porto Alegre (RS). Apcefs envolvidas: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Jogos do Sudeste: 26 a 28 de agosto - Ubatuba (SP). Apcefs envolvidas: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Jogos do Centro-Oeste: 15 a 18 de setembro - Caldas Novas (GO). Apcefs envolvidas: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Jogos do Nordeste: 7 a 10 de setembro - Fortaleza (CE). Apcefs envolvidas: Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas e Sergipe.

Jogos do Norte: 12 a 15 de novembro - Manaus (AM). Apcefs envolvidas: Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Esforço de memória Que saudade do Hino Nacional

Toda vez que o Brasil entra em crise, me lembro de *Conversa na Catedral*, romance de Vargas Llosa. Começa com o jornalista Zavalita andando por Lima, pensando sobre as eternas dificuldades de seu país, elites corruptas e opressoras, ditaduras que vão e vêm, mediocridade política, pobreza do povo:

“Quando foi que o Peru se fodeu?” - se pergunta Zabalita.

Há 25 anos, vi-me numa dividida dessas. Vencemos a Itália em magistral partida de futebol, éramos Tri, os melhores do mundo. Mas rolava ditadura sob Médiçi, um horror. Vi o jogo na casa paterna. Meu irmão caçula saiu para festejar, enquanto eu dividia alegria e luto com meu amigo Elifas Andreato. E, como o luto previa, Médiçi “faturou”.

Voltando para casa com mulher e filha bebê, um grupo de jovens e adultos barrou-nos. Me “acusaram” de não agitar bandeira nem buzinar em euforia. Intimaram, histéricos:

“Grita: Viva o Brasil!”

Gritei, se não, acho que me linchariam. E veio o BRASIL, AME-O OU DEIXE-O. Tortura. Desaparecidos.

Estou preocupado. Há algo parecido no ar: pátria dividida. Vejo até amigos de fé brigando, radicalmente contra ou a favor do governo. Saudades de cantar o Hino Nacional, num coro “do Oiapoque ao Chui”. O que nos divide? O que nos uniria? Nenhum rancor, nenhuma culpa. O Brasil tem jeito. O que falta?

A barca é a mesma, de todos os brasileiros. Outro dia, Gilberto Gil, ministro da Cultura, propôs juntar PSDB-PT. Não repercutiu. Seria nova reconciliação brasileira, pra

mim. Nem parecem filhos da mesma terra.

O que está faltando? Estiveram juntos até na luta armada contra a ditadura, uai!

Tirado do livro Quarto Poder

Aconteceu no reinado de Napoleão III, com Jean-Hippolyte Auguste Cartier de Villemessant (1812-1879), fundador do *Figaro* (significa barbeiro), diário francês conservador. Citado como testemunha dum duelo, Villemessant impacientou-se com a demora na sala de espera. Pediu ao contínuo para comunicar ao juiz que em cinco minutos precisava voltar ao jornal. O juiz ouviu, veio indignado:

“Terá de esperar. Não conhece nosso Poder? Se eu citar o príncipe, teria de obedecer, se não, poderia mandar trazê-lo entre dois soldados.” “Se fosse o senhor”, atalhou Villemessant, “não me atreveria.” “O senhor não compreendeu. Só quis dar um exemplo.” E Villemessant: “Bem, acho que mandar prender o príncipe é grave.”

“Mas não pretendo tal coisa”, disse o juiz.

“Bem, amanhã vou contar aos leitores: Provável prisão do príncipe Napoleão.”

O juiz atendeu o jornalista. À saída, acompanhou-o até a porta e pediu, gentilmente, que nada escrevesse sobre a “conversa”.

Fonte: Grandes Anedotas da História, Nair Lacerda, Círculo do Livro, s/d.

Histórias que os amigos contam O Beijo

Dia 23 de setembro de 2003, o criminalista Álvaro Quintanilha, 60 anos, divorciado, assistente de acusação num latrocínio, deixa o

Fórum de São Paulo. Um irmão do réu atira e lhe esmigalha a cabeça do fêmur direito. Às sete da manhã seguinte, implantam-lhe uma prótese de titânio.

No delírio da cirurgia, se revê aos 19 anos em madrugada fria de 1962: ele e três colegas da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, descarregam de uma caminhonete a escultura *O Beijo*, desmembrada do Monumento a Olavo Bilac na Avenida Paulista. Haviam reinstalado *O Beijo* no Cambuci, mas puritanos o expulsaram para o Viaduto Nove de Julho. Os quatro cabeludos salvaram *O Beijo* da fuligem.

Ao amanhecer, Álvaro estava a ponto de desmaiar sob uma peça do bronze, quando um anjo de olhos negros apareceu. As mãos da colegial de 13 anos o ajudaram. Álvaro então acompanhou a menina à missa. Só ficou com seu nome - Luíza. E foi encontrar os amigos para a bebedeira comemorativa. Nunca mais viu a menina.

De volta ao quarto do hospital, Álvaro desperta à tarde. Mas o devaneio não tem fim, continua a ver os olhos negros no rosto da médica que pergunta se está tudo bem. Com o coração a mil, lê no avental: Dra. Luíza. Não há dúvida. O anjo voltou. “Lembra-se de mim?” - ele pergunta. “Não a vejo desde uma missa na Igreja de São Francisco.”

“Engano seu” - diz Luíza. “Horas depois nos encontramos na Rua Riachuelo. Você tinha bebido, por isso esqueceu. Mas disse que esperaria eu crescer, e um dia me ensinaria a beijar como os amantes da escultura.”

Ela lhe afaga os cabelos brancos: “Acho que ainda posso aprender.”

Condensado de conto-reportagem do Ruy Fernando Barboza

A desigualdade de gênero e cor/raça nos bancos



A partir dos anos 60, houve em vários países - entre eles Canadá, EUA, Argentina, Chile e Brasil - uma “feminização” do trabalho bancário. Na avaliação de alguns especialistas, o sistema financeiro constitui um verdadeiro “gueto feminino”. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as mulheres representavam 45,3% da categoria bancária em 2003, registrando um aumento de 1,3% em relação ao ano anterior. Já a participação masculina era de 54,7% - com leve redução de 0,6% no mesmo período.

O avanço da participação feminina pode ser visto no mercado de trabalho de uma forma geral. Segundo o IBGE, no total da população ocupada, as mulheres passaram de 40,7% em 2001 para 41,4% em 2003. Entretanto, esse crescimento não foi acompanhado de uma equivalente melhoria nas condições de trabalho da mulher.

A igualdade de direitos garantida na Constituição brasileira ainda está por vir. Contra sua plena realização persiste uma situação de subordinação milenar e universal.

A condição de desvantagem experimentada por mulheres, em diferentes contextos, é conhecida como desigualdade de gênero.

O mercado de trabalho é um dos melhores indicadores dessa triste realidade. Nele, a face mais visível da discriminação pode ser vista na questão salarial, na qual mulheres e homens que ocupam postos de trabalho semelhantes, recebem remunerações diferentes. Apesar de mais escolarizadas, as mulheres bancárias não têm as mesmas oportunidades de ascensão profissional. Do total de mulheres no setor bancário, 68,9% possuem nível superior completo, contra 67,0% dos homens. Não obstante, apenas 12% dos cargos de “diretoria” são ocupados por mulheres.

Diante disso, a distribuição salarial do segmento feminino concentra-se nos salários mais baixos. Segundo a RAIS, entre os bancários que recebem de três a cinco salários mínimos (SM), 53,0% são mulheres e 47,0% são homens. Já entre os que recebem mais de 20 SM, as mulheres representam 29,4% contra 70,6% dos homens.

Por fim, registra-se a forte discriminação de raça/cor presente nos bancos. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), do total de empregados no setor, a presença de homens e mulheres negros correspondem a 1,21% e 0,49%, respectivamente. No entanto, sua participação nos cargos de diretoria não alcança 1,0% entre os homens (0,7%). Já entre as mulheres nem sequer há registro de cor negra nesses cargos. **FA**

Ana Quitéria Nunes Martins
Técnica do Dieese no Seeb/DF

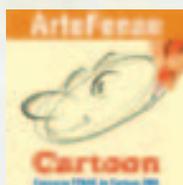


Circuito cultural Fenaec

Com o objetivo de utilizar atividades culturais para fomentar a criatividade artística dos empregados da Caixa Econômica Federal, a Fenaec criou um calendário de concursos que contemplará as mais diversas modalidades artísticas durante todo o ano: o circuito cultural Fenaec.

Entre as atividades, haverá espaço inclusive para os filhos dos empregados da Caixa apresentarem seus talentos. Ainda no mês de julho, será lançado o concurso ArteFenaec de Desenho Infantil. Em todos os concursos, os participantes recebem pontos no programa PAR e os vencedores ganham um número maior de pontos, além de troféus.

Para facilitar as comunicações referentes aos concursos promovidos pela federação, foi criado o e-mail cultura@fenaec.org.br, que pode receber contribuições, sugestões e dúvidas sobre os eventos do Circuito Cultural da Fenaec.



Inscrições abertas

Até o dia 9 de agosto, estão abertas as inscrições Concurso de Cartoon 2005, sob o tema “Cotidiano”. O cartum é um desenho caricatural que representa uma situação humorística; é uma crítica mordaz, satírica e irônica do comportamento do ser humano, das suas fraquezas, dos seus hábitos e costumes. Esta expressão artística pode ser considerada uma anedota gráfica, que utiliza ou não legendas.

Podem participar do concurso Cartoon 2005, empregados da Caixa (da ativa, aposentados e pensionistas) e os sócios das associações de pessoal e contribuintes do Fenaec Doações. Cada concorrente pode participar com, no máximo, três tra-

balhos. Os três primeiros colocados receberão prêmios de 200 mil pontos no Programa PAR (primeiro lugar), 100 mil pontos (segundo lugar) e 80 mil pontos (terceiro lugar). Todos também receberão troféu.

O concurso de cartum também terá escolha do público. Entre 22 de agosto e 4 de setembro, 15 obras pré-selecionadas por uma comissão julgadora serão colocadas em votação nos sites do PAR (www.programapar.com.br) e da Fenaec (www.fenaec.org.br). O vencedor do júri popular receberá prêmio de 80 mil pontos no Programa PAR e troféu. Além disso, todos os participantes do concurso vão receber 200 pontos no PAR. **FA**



Urbana Ribeirinha - 1º lugar pela comissão julgadora

Resultados do Concurso ArteFenae "Aquarela" 2005

O ArteFenae Aquarela teve como tema "Paisagens brasileiras" e recebeu 195 obras de 97 participantes.

Três obras foram escolhidas pela comissão julgadora, composta pelos professores universitários Newton Scheufler (Católica) e Luiz Galina Neto (UnB) e pelo programador visual Lisarb Sena de Mello (Fenae). A mesma comissão selecionou ainda os 15 melhores trabalhos inscritos, que foram disponibilizados nos sites do Programa PAR e da Fenae, entre 20 de junho e 4 de julho, para que o público escolhesse o melhor dentre eles.

1º lugar: "Urbana Ribeirinha" - Mauro Beck Rolim da Rosa (Manaus/AM)

2º lugar: "Entardecer na Esplanada" - Maria Del Pilar Lastras Navarro (Guarapari/ES)

3º lugar: "Serra do Cipó" - Marina Yukie Murayama Kobayashi (Biritiba Mirim/SP)

Voto popular: "Rio- Reflexos" - Vilma Lucia Coelho Colozzi (Londrina/PR)



Rio - Reflexos



Entardecer na Esplanada



Serra do Cipó

Próximas atividades do circuito cultural

Todos os concursos são divulgados na página da Fenae na internet: www.fenae.org.br. Aqui, você tem a lista dos concursos que serão realizados no segundo semestre deste ano:

Julho

ArteFenae - Desenho Infantil 2005

LetraFenae - Poesia 2005

Agosto

FotoFenae 2005

Setembro

LetraFenae - Crônica 2005

Outubro

ArteFenae - Caricatura 2005

Novembro

LetraFenae - Contos 2005

Dezembro

ArteFenae - Óleo e Acrílico

As praias do c

O rio Araguaia atrai milhares de turistas todos os anos, principalmente entre julho e setembro, época da temporada de acampamentos

Cerca de 150 mil pessoas viajam todos os anos para o interior de Goiás em busca das praias. Se olharmos o mapa do Brasil, a afirmação pode soar estranha, uma vez que o estado não tem limites com o oceano. Mas as praias que os turistas buscam, são as do rio Araguaia, que estão entre as mais belas praias pluviais do país.

As praias formadas em ilhas são consideradas as melhores pelos frequentadores e aparecem somente no período de seca, de julho a setembro, quando os turistas reúnem-se em cerca de 400 acampamentos, conhecidos como ranchões.

Eles vão ao Araguaia em busca da beleza das praias durante o dia e da agitação noturna. Os acampamentos oferecem toda a infra-estrutura para a badalação: são montados bares, restaurantes e danceterias, que promovem eventos quase todas as noites durante a temporada.



Fotos: Agência Ambiental de Goiás

Aumento no número de turistas exige ações da agência ambiental

Regulamentação

A grande frequência de turistas exigiu forte atuação da agência ambiental de Goiás, que regulamentou o uso dos ranchões.

Em 2004, passou a ser feito o controle da poluição sonora, com o objetivo de se evitar que os animais, em particular os pássaros, sejam afugentados pelo excesso de barulho, que vem de som profissional e também de geradores sem abafadores. E o estacionamento de carros nas praias foi proibido. Além de causarem poluição, eles fazem barulho, atrapalhando inclusive os próprios turistas.

Nas temporadas, a agência monitora diariamente a água do rio Araguaia nas regiões de Aruanã, Aragarças, Santa Rita do Araguaia, Bandeirante e Luís Alves, alguns dos pontos mais procurados pelos turistas. Na última temporada, numa escala do Índice de Qualidade da Água (IQA) que vai de zero a cem, as



Barco navega pelo rio Araguaia, localizado no interior de Goiás

entro do Brasil

águas do Araguaia obtiveram índices de 52 a 79 pontos, o que é considerada uma nota boa. O monitoramento se estende a organismos aquáticos, como algas e pequenos invertebrados, que são coletados e analisados.

A agência também implementou o projeto Araguaia Limpo, que incentiva e orienta os organizadores dos acampamentos a realizarem a coleta seletiva do lixo para posterior reciclagem. O lixo orgânico deve ser enterrado em barrancos longe das margens dos rios e o lixo reciclável (plástico, papel, latas e vidros) deve ser levado de volta pelos turistas ou depositado em locais determinados pela agência ambiental.

Nos acampamentos, foram distribuídas lixeiras, sacos de lixo e material educativo. A idéia é que os turistas não deixem rastros de sujeira quando acaba a temporada. Para isso, foi feito o cadastro de cada acampamento e o que deixar sujeira depois de ser desmontado estará cometendo uma infração e poderá ter sua licença não renovada para a próxima temporada.

A fiscalização também visa a proibição de caça e pesca predatórias. Os fiscais orientam os turistas sobre a legislação em vigor em Goiás no que diz respeito à pesca e punem os que insistem em desrespeitar a lei, que considera material predatório o uso de redes e tarrafas, por exemplo. A lei prevê ainda o limite máximo de cinco quilos de peixe para transporte, mais um exemplar de qualquer espécie, desde que seja respeitado o tamanho mínimo para a captura de cada espécie. Pirarucu, pirarara e filhotes não podem ser capturados.



Ranchões reúnem 150 mil pessoas ao longo do Araguaia

História

No século XVIII, a região era ponto de parada dos colonizadores e, antes de sua chegada, os índios do centro-oeste brasileiro já tinham o hábito de fixar suas tribos nas regiões de matas ciliares que circundavam o rio Araguaia.

Na segunda metade do século XX, o ponto era procurado por pescadores, devido à forte presença de peixes da bacia amazônica, como pintado, pirarucu e jaú, entre outros. Com o tempo, os pescadores passaram a levar a família e os amigos e assim se manifestou a vocação turística da região.

Hoje, até mesmo o trânsito fluvial fica alterado durante a temporada turística, perto de portos de

idades como Aruanã (310 km de Goiânia), devido ao excesso de embarcações, lanchas, canoas, jetskis e ultraleves.

As praias do Araguaia atraem todo o tipo de turista por serem bastante diversificadas: muitas são movimentadas com boates, restaurantes e todo o conforto, outras são isoladas e o turista pode aproveitar a tranquilidade da natureza para descansar. Além dos acampamentos, as cidades da região também oferecem uma ampla rede hoteleira, com pousadas rústicas e hotéis de todas as categorias. FA



Atividades de educação ambiental durante toda a temporada



www.marciobaraldi.com.br

Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)3323-7516 Fax (61) 3226-6402 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** José Carlos Alonso Gonçalves. **Diretor vice-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor de Administração e Finanças:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Comunicação e Imprensa:** Maria de Jesus Demétrio Gaia. **Diretor de Esportes:** Marcos Aurélio Saraiva. **Diretor de Cultura:** Emanuel Souza de Jesus. **Diretores Executivos:** Jesse Krieger / José Miguel Correia / Fernando Ferraz Rêgo Neiva. **Conselho Fiscal - Titulares:** Olívio Gomes Vieira / Maria Eny Estevam / Charles Robert Rabêlo Campos. **Suplentes:** Luiz Ricardo Maggi / Maristela da Rocha / Ely Custódio Freire. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Vice-presidente:** Emerenciana Barbosa do Rêgo. **Secretário-geral:** Paulo César Carvalho de Lima. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Sandra Flosi. **Fotos:** Augusto Coelho. **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Myton Severiano. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 80 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

A Fenaé quer ver
sua criatividade na
ponta do lápis!



Cartoon

Concurso FENAE de Cartoon 2005

A Fenaé está lançando um novo concurso dentro do ArteFenaé.

O tema é **COTIDIANO**. Você poderá ilustrar cenas ou passar este conceito de uma maneira criativa e vibrante nos trabalhos.

PRÊMIOS

1º lugar – Troféu e 200 mil pontos no Programa PAR

2º lugar – Troféu e 100 mil pontos no Programa PAR

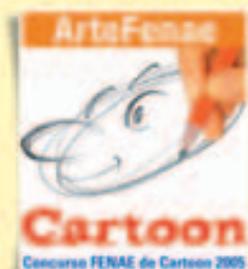
3º lugar – Troféu e 80 mil pontos no Programa PAR

Categoria Juri Popular

1º lugar – Troféu e 80 mil pontos no Programa PAR

Período de inscrição: 9 de maio a 9 de agosto de 2005

Veja como participar em www.fenaes.org.br





**Aniversário do
PAR: mais de
56 mil prêmios
entregues em
apenas 1 ano.**

O PAR completou seu primeiro ano de vida em junho de 2005 e já fez muito o que comemorar. Juntos, o programa Sempre ao Lado, a campanha Desafio CAIVA, as APCEFs, os eventos e concursos FENAE distribuíram mais de 1,2 milhão de pontos e entregaram mais de 56 mil produtos. Hoje o PAR conta com quase 40 mil participantes cadastrados que fazem dessa ferramenta de premiação o maior Programa de Relacionamento do mercado. O PAR foi criado para você, então continue participando para ganhar ainda mais.

Confira os próximos Concursos FENAE em 2005:

- ARTE FENAE (TELA ACRÍLICO E ÓLEO, DESENHO INFANTIL E CARICATURAS)
- FOTO FENAE • MÚSICA FENAE
- LETRA FENAE (POESIA, CRÔNICAS E CONTOS)

www.programapar.com.br

